

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

PRÁTICAS LEITORAS E INFORMACIONAIS: MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO

Mariana de Souza Alves (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

Diego Andres Salcedo (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

READING AND INFORMATION PRACTICES: INFORMATIONAL MEDIATION

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Trata de uma discussão teórica que parte do pressuposto de que a apropriação informacional é adquirida por meio de um processo de mediação cuja base é a leitura. Em virtude disso, os sujeitos constroem um conjunto de práticas informacionais e leitoras por meio de processo dialógico e interacional nas ações de busca, uso e compartilhamento de informações numa perspectiva sociocontextual, bem como se apropriam de fontes, atribuindo sentidos, sentimentos e vivências às suas ações. Utiliza a pesquisa exploratória para estruturar a discussão. Conclui que as práticas informacionais e leitoras são conceitos tratados de forma ampla. Eles implicam as ações de busca, produção, apropriação e compartilhamento de informações, as quais são adquiridas mediante o uso da leitura por um processo mediado por diversos interferentes contextuais, humanos, culturais e tecnológicos. Os conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores e vivências adquiridos e transformados durante esses processos também compreendem as práticas informacionais e leitoras.
Palavras-Chave: Práticas leitoras. Práticas Informacionais. Apropriação da informação. Mediação da Informação.

Abstract: It deals with a theoretical discussion that assumes that informational appropriateness is acquired through an average process. By virtue of this, subjects construct a set of informational and reading practices through the dialogical and interactive process in the actions of search, use and sharing of information in a sociocontextual perspective, as well as appropriating sources, attributing meanings, feelings and experiences to their Actions. Use an exploratory research to structure a discussion. It concludes that as informational practices and readers are concepts treated in a broad way. They are implicated as actions of search, production, appropriation and sharing of information, as they are welcomed through the media through a process mediated by diverse contextual, human, cultural and technological interferences. The knowledge, skills, feelings, values and experiences acquired and transformed during these processes also understand as informational practices and readers.

Keywords: Practical readers. Informational Practices. Appropriation of information. Mediation of Information.

INTRODUÇÃO

Propomos para esta reflexão teórica uma discussão que parte do pressuposto de que a apropriação informacional é adquirida por meio de um processo de mediação cuja base é a leitura. Em virtude disso, os sujeitos constroem um conjunto de práticas informacionais e leitoras por meio de processo dialógico e interacional nas ações de busca, uso e compartilhamento de informações numa perspectiva sociocontextual, bem como se apropriam de fontes, atribuindo sentidos, sentimentos e vivências às suas ações.

Recorremos a um referencial teórico que buscou discutir o conceito de leitura de maneira ampla, além de sua relação com os conceitos de mediação e apropriação da informação. Também esboçamos algumas considerações sobre o conceito de informação e suas implicações com as práticas informacionais. Assim, como parte do processo leitor, a apropriação da informação por meio da leitura implica a produção de novos conhecimentos e a criação de novas relações.

2 PRÁTICAS LEITORAS

Esboçaremos aqui, algumas noções do conceito de leitura para discutir seu lugar na Ciência da Informação, a importância das práticas de mediação de leitura, concepções sobre a leitura literária e a leitura como um direito humano e, por fim, o letramento literário de modo a compreender algumas facetas dos modos de ler e as formas de apropriação da leitura. A proposta é apresentar as relações entre as práticas informacionais com as práticas leitoras, já que, no nosso enfoque, elas se complementam e dão suporte teórico para as análises que foram realizadas, tendo em vista as práticas dos sujeitos da pesquisa no contexto das bibliotecas comunitárias.

A leitura, ou melhor, sua mediação é um dos objetivos de qualquer biblioteca, pois todas as ações internas e externas realizadas por ela dependem da leitura (*lato sensu*). Apesar do sentido óbvio dessa afirmação, observa-se que o interesse e preocupação por ela na Biblioteconomia e Ciência da Informação tem diminuído ou quase obliterado, como se ela não fizesse parte do espaço de análise dessas duas áreas (ALMEIDA JÚNIOR, 2007, p. 1). Isto porque, conforme Almeida Júnior (2007, p. 2) explica, a Ciência da Informação e a Biblioteconomia colocaram em um plano inferior de interesse “tudo aquilo que aparentemente não se refere à informação. A leitura foi entendida dessa forma e, portanto,

considerada como prescindível na ânsia de galgar um enganoso status dentro da Ciência da Informação”.

Por isso, concordamos com o autor quando afirma que, ao contrário do que esse movimento sinaliza, a leitura é peça fundamental para a existência da informação. Pois é a partir da leitura que ocorre a apropriação informacional, ou seja, é no ato da leitura que a informação se concretiza. Sem uso da leitura, é impossível prover sentido às ações desenvolvidas pela Biblioteconomia e Ciência da Informação, pois ambas possuem a leitura como base de sustentação (ALMEIDA JÚNIOR, 2007).

Dito isto, reforçamos o quão imprescindível são as práticas leitoras para o desenvolvimento das ações nos espaços informacionais. Porém, a leitura aqui deve ser entendida em sentido amplo e, portanto, na sua interação com outras linguagens, e não apenas com o texto escrito, como ocorre frequentemente.

Para Almeida Júnior, é possível dizer que existem duas formas de se compreender a leitura: “em um sentido stricto (a leitura do texto escrito) e em um sentido lato (a leitura abrangendo as várias mídias ou formas de expressão) (ALMEIDA JÚNIOR, 2012, *on-line*). A informação, por seu turno, também deve ser entendida em comunhão com outras mídias, além do texto escrito como a imagem fixa, a imagem em movimento e o som). Assim, o texto literário, a música, uma palestra, uma peça teatral, uma *realia* ou um quadro suportam informações que são apropriadas por meio da leitura num processo de mediação (ALMEIDA JÚNIOR, 2007).

Dessa forma, leitura, aqui, para além de uma decodificação mecânica das letras, é compreendida como um movimento sensorial, emocional e fisiológico que envolve diversas instâncias do saber, do sentir e do ser (MARTINS, 1997). Assim como Paulo Freire (2011), que defende a leitura do mundo, ao invés de apenas a leitura da palavra, consideramos que a formação de leitores exige uma dinâmica inclusiva que abarque todos os tipos de leitura, não apenas a do texto escrito, e que compreenda a realidade e o contexto que permeiam essas linguagens. Logo, a leitura não diz respeito somente aos letrados, a leitura das imagens, dos símbolos, das cores, da música, da dramaturgia, do filme, das conversas também são elementos que fazem parte da formação leitora.

Diversas experiências envolvem o ato de ler, que vão desde um teor mais pragmático e utilitário até uma vertente mais social e imaginativa. Conforme a antropóloga francesa Michele Petit (2008), a leitura pode contribuir em diversos aspectos como acesso ao

conhecimento, à instrução, apropriação da língua, construção de si mesmo, de uma identidade singular, extensão do horizonte de referências e desenvolvimento de novas formas de sociabilidade e da autonomia perante os discursos dominantes.

A leitura literária, por sua vez, é uma forma primorosa de adentrar no universo da fabulação e do encantamento e, conseqüentemente, de adquirir habilidades mais instrumentais. Cândido (2012, p. 23) conceitua literatura como “todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações”. Tal manifestação está presente do analfabeto ao erudito, do causo à HQ, e, sendo assim, corresponde ao uso da palavra para a criação de mundos ou um sentimento de mundo (COSSON, 2014), cuja presença é imprescindível a qualquer povo.

Denomina-se leitura literária a ação que tem por objetivo principal a apreciação de uma expressão literária pela intencionalidade do prazer, do gosto pela leitura e da dimensão imaginária proporcionadas por esta prática cultural. Nesta instância, a linguagem se apresenta como um elemento criativo capaz de promover uma prática de questionamento do mundo e permitir a ampliação do universo do leitor (PAULINO, 2016). Possui em seu bojo a liberdade criativa e imaginativa e não é apenas desfrutada pelos letrados.

Tal tipo de leitura é relevante também porque, diante do universo artístico, é uma fonte de prazer inesgotável que propicia ao sujeito a imersão em um mundo diferente e ficcional. O usufruto de uma obra literária possibilita a emergência de infinitas sensações e, desse modo, o prazer não se liga apenas ao engraçado ou ao conhecido, mas também se relaciona com todos os desafios e descobertas que envolvem o ato de ler, que pode exigir esforço e causar sofrimento (MACHADO, 2008).

Leitura e literatura são consideradas por nós como um direito humano a que todos devem ter acesso. Para Cândido (2012, p. 23) não existe homem que possa viver sem ter contato com alguma espécie de fabulação, e, sendo assim, a literatura parece corresponder a uma necessidade universal que precisa ser sanada e cuja satisfação constitui um direito: “é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade”. Tal humanidade encontra-se, sobretudo, na construção da empatia, pois a ficção atua de modo a criar um estímulo imaginativo que nos permite conhecer vários lugares e viver a vida de outras pessoas.

Da mesma forma, a biblioteconomista colombiana Silvia Castrillón (2011) acredita que a leitura não é um luxo, obrigação, algo bom ou ruim, mas um direito histórico, cultural e político que deve ser garantido. A leitura deve ser incentivada e cultivada não apenas como uma forma de afastar pessoas da violência, mas também como um elemento que faça parte do cotidiano da vida delas:

Teríamos então, ao menos em nossos países, de definir a leitura e a escrita como direitos, como práticas que ajudam as pessoas a construir sua individualidade, a criar seu espaço no mundo e a estabelecer relações com os demais. Como necessidades relacionadas com a participação cidadã, e não, como estamos acostumados a vê-las, como um luxo associado ao ócio e ao tempo livre ou como uma obrigação escolar (CASTRILLÓN, 2011, p. 93-94).

Acreditamos, portanto, que ler é um direito e que seu poder de transformação pode ajudar as pessoas a se entenderem melhor enquanto sujeitos cidadãos e atores da sua própria história. Como Riter (2009, p.35) nos afirma que ser leitor faz diferença porque nos permite construir novos sentimentos e experiências, “é possibilidade de construção de um ser humano melhor, mais crítico, mais sensível; alguém capaz de se colocar no lugar do outro; alguém mais imaginativo e sonhador; alguém um pouco mais liberto dos tantos preconceitos que a sociedade vai impondo-nos a cada dia”.

O leitor se configura, por conseguinte, como um elemento fundamental no processo de leitura e apropriação da informação, pois, para que essa ação ocorra, é necessária a ativação do seu repertório intelectual para que ele, junto com o autor, interaja de modo a construir conhecimento. Nas palavras de Petit (2008, p. 26), “os leitores apropriam-se dos textos, lhes dão outro significado, mudam o sentido, interpretam à sua maneira, introduzindo seus desejos entre as linhas”.

Entretanto, ao se tratar de um espaço informacional de formação de leitores, cabe destacar a figura de outro importante elemento no processo de mediação de leitura, que é o mediador. Ele é responsável por colaborar na construção de um leitor mais maduro no movimento interacional que relaciona obra-leitor, tendo “o encargo de encaminhar o leitor à novas descobertas e aventuras” (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2008, p.3). Isso não quer dizer que sejam mediadores apenas os sujeitos que trabalham na biblioteca, mas todos aqueles que trocam, indicam, comentam e sugerem leituras entre si.

Lembramos também que todo ato de mediação pressupõe uma interferência. Tal interferência que pode ser realizada pelo profissional da informação ou não vai ao encontro da ideia da suposta neutralidade desse profissional, pois não existe mediação imparcial, mas, pelo contrário, toda interferência é salutar, desde que não seja confundida com manipulação, embora esta possa existir de modo inconsciente (ALMEIDA JÚNIOR, 2007).

A mediação da leitura se constitui, desse modo, como uma forma de apresentar e de estimular a leitura de uma obra. O mediador de leitura tem a função de possibilitar experiências de apreciação da obra, de fruição estética, que aproximem as relações entre a obra e o leitor, ampliando seu universo de leitura. Ele é também o ator que vai facilitar e conduzir o acesso aos textos, quando estes ainda são estranhos ao leitor. Não é papel do mediador impor suas impressões sobre a obra, mas estimular e despertar o interesse do leitor por ela (RITER, 2009; NEITZEL; BRIDON; WEISS, 2016).

As mediações de leitura ocorrem não só em ambientes informacionais institucionalizados, mas também no ambiente familiar, na vida cotidiana. É de grande valor, inclusive, que elas sejam realizadas desde a infância, pois vão alimentando os sentimentos de liberdade, espontaneidade, afetividade e fantasia que são fundamentais para o desenvolvimento da criança.

Fanny Abramovich (1997), escritora especialista em Literatura Infantojuvenil, trata da importância da contação de histórias para o imaginário da criança, dizendo o seguinte:

Ah, como é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas, muitas histórias... Escutá-las é o início da aprendizagem para ser leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo...

[...]

Ler histórias sempre, sempre... É poder sorrir, gargalhar com as situações vividas pelas personagens, com a ideia do conto ou com o jeito de escrever dum autor e, então, poder ser um pouco cúmplice desse momento de humor, de brincadeira, de divertimento... (ABRAMOVICH, 1997, p. 16-17).

Sobre os sentidos da leitura e as formas de apropriação, agora mais especificamente ligadas ao objeto livro, Goulemot (2009, p. 113) considera que ler é uma prática cultural, um local de produção de sentido, “de compreensão e de gozo”. Também crê que nunca lemos o conhecido, pois toda leitura é resultado de uma relação comparativa do contato do livro com outros livros. Ler será, portanto, continua o autor, “fazer emergir a biblioteca vivida, quer dizer, a memória das leituras anteriores e de dados culturais” (GOULEMOT, 2009, p. 113).

Além dos fatores relacionados ao repertório do leitor, para Roger Chartier (2009, p. 100), as maneiras de ler e as significações produzidas pela leitura estão condicionadas tanto à estrutura puramente textual, indicada pelo autor do texto, como à organização tipográfica intencionada pelo editor-livreiro. Ambas podem sugerir leituras plurais de um mesmo texto, devido às “disposições individuais, culturais e sociais de cada um dos leitores”. Além disso, o próprio objeto livro revela marcas das maneiras populares de ler.

Ao traçar um esboço histórico sobre o uso da leitura, o autor perpassa várias facetas das formas de ler, tais como a leitura oral ou silenciosa; a leitura intensiva (que se apropria de forma profunda física e mentalmente do material impresso) ou extensiva (numerosa) e a leitura privada (íntima, individual) ou coletiva (comunitária, geralmente associada à leitura em voz alta).

Além dessas diversas práticas de leitura, gostaríamos de trazer o conceito de outro elemento que faz parte desse processo de atribuição de sentido à obra pelo leitor, qual seja, o letramento literário, pois, embora saibamos que toda leitura tem seu valor, porquanto o ato de ler em si já é transformador, apostamos na leitura literária como uma forma de leitura que possui uma dimensão estética diferente daquela de outros tipos de textos.

O fenômeno citado é definido por Cosson (2016) como o processo de apropriação da literatura enquanto linguagem. Quer dizer, é um movimento dinâmico que ocorre durante toda a vida, desde as cantigas de ninar até a leitura e romances ou a visualização de novelas e filmes, e tem como significado principal a ideia da apropriação, ou seja, tomar para si, sentir-se pertencido àquela obra por meio da internalização e da reflexão dela. Para o autor:

[...] não se trata simplesmente de um conjunto de obras consideradas relevantes, nem o conhecimento de uma área específica, mas sim de um modo muito singular de construir sentidos que é a linguagem literária. Essa singularidade da linguagem literária, diferentemente de outros usos da linguagem humana, vem da intensidade da interação com a palavra que é só palavra e da experiência libertária de ser e viver que proporciona (COSSON, 2016, *on-line*).

Sendo assim, o lugar da leitura nas bibliotecas organiza-se de maneira singular e estruturante, como um modo de formação por meio da garantia do direito à leitura, sobretudo à leitura literária. Em uma perspectiva ampla, a leitura é aqui apresentada como um mote para a fruição estética de uma obra artística, bem como para a educação cidadã e humana, além do enfretamento das condições de exclusão social.

Com isso, foca-se na importância do ato de ler e da produção de sentidos por meio da leitura literária, a qual é sempre envolta de uma rede de mediações e de um repertório construído pelo leitor. As maneiras e os motivos de ler são plurais e nem sempre convergem. Eis, então, as infinitas possibilidades de interpretação propiciadas pela obra.

Portanto, as maneiras singulares de ler, as construções derivadas da leitura e as instâncias que envolvem a mediação da leitura, convergem nas práticas de leitura e informação que são as atividades, sensações, os modos de ler dos sujeitos com fins de uso estético ou utilitário desde que façam sentido para elas. Essas práticas promovem por meio do uso de informações a formação de leitores e conseqüentemente abertura de novos caminhos para a vida desses sujeitos.

3 INFORMAÇÃO

A informação está imbricada em todas as práticas sociais, como algo que precisa do sujeito para atribuir sentido, e cujo contexto é vital para seu significado. Podemos dizer que todos os seres humanos usam e interagem com a informação, cada qual com suas peculiaridades. Todas as pessoas precisam de informação para realizar suas práticas sociais, sejam elas pessoais, recreativas, profissionais ou acadêmicas. Sendo assim, as informações estão inseridas em todas as ações diárias, pois buscam-se informações cotidianamente para realizar diversas atividades (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015).

Procuramos delinear, inicialmente, o conceito de informação como um fenômeno que se apresenta sob três faces - material, subjetiva e social - nas quais os sujeitos constroem mediante ações cognitivas e interacionais com outros sujeitos com autonomia para perceber o que é informativo para ele ou para o grupo. Em seguida, para fundamentar o conceito de práticas informacionais, fizemos uma breve introdução aos estudos de usuários e apresentamos as práticas informacionais como uma tendência emergente deste campo.

Em termos terminológicos, a palavra *informação* tem origem latina, do verbo *informare*, traduzida para o grego como *informatio e informo*, que significa dar forma a algo, construir uma ideia, moldar a matéria. Na Idade Média, o termo foi usado no sentido ontológico e epistemológico de dar forma a alguma coisa e no sentido pedagógico de instruir (CAPURRO; HJØRLAND, 2007).

Na transição da Idade Média para a Idade Moderna, o uso do termo *informação* no sentido de dar forma à matéria passa a ser empregado no sentido de comunicar alguma coisa

a alguém, sendo considerado, portanto, algo intangível. Todavia, essa abstração do conceito de informação deixou de existir até o surgimento da Teoria da Informação na metade do século XX (CAPURRO; HJØRLAND, 2007), teoria esta que influenciou diretamente as primeiras formulações acerca do conceito de informação na CI.

A Teoria Matemática da Comunicação, ou, como ficou conhecida, a Teoria da Informação se apresenta como uma concepção física da informação ao concebê-la como um elemento que pode ser medido e calculado. Criada pelos engenheiros norte-americanos Claude Shannon e Warren Weaver em 1949, essa teoria propôs analisar a eficácia da transferência de informação apenas sob um ponto de vista sintático, não considerando os fatores semânticos e pragmáticos associados a ela. Dessa forma, o tipo de informação estudado foi a informação objetiva, a qual poderia ser processada em sistemas para a recuperação de informações (CAPURRO, 2003; WERSIG, 1996; ARAÚJO, 2011; ALMEIDA, 2015).

A partir dessa perspectiva, a informação também pode ser compreendida como um dado ou como uma coisa. Buckland (1991) defende que todos os registros e objetos são potencialmente informativos e que a informação como coisa merece ser estudada na CI por ser a única forma de informação que é diretamente tratada pelos sistemas de informação. Argumenta ainda que as pessoas são informadas não apenas por meio de comunicados convencionais, mas também a partir de uma extensa variedade de objetos e eventos.

No entanto, para que ocorra o processamento desta informação, é necessária a mobilização de estruturas que denotem significados a ela. A interpretação da informação e a atribuição de valor a um documento são elementos que caracterizam a vertente cognitiva da informação, que procura ver como o usuário atribui sentido à informação e como ele é transformado durante o processo informacional (CAPURRO, 2003), ou seja, como aquela informação alterou o seu estado de conhecimento (BARRETO, 2002).

Contudo, ao invés dessa interpretação ser considerada apenas num plano subjetivo individual, para alguns autores ela é determinada no contexto social e cultural (CAPURRO; HJØRLAND, 2007). A faceta social da informação, portanto, vai além da cognição ou da individualidade do sujeito, considerando os condicionamentos sociais e materiais da existência humana (CAPURRO, 2003).

Assim, o que define o processo informacional são as próprias definições do que cada sujeito cognoscente social considera como informação, do que ele seleciona e coloca como critério para acessar ou descartar, num processo sócio-histórico (CAPURRO, 2003). Produzir,

acessar ou compartilhar informações “pressupõe em seu ato, o reconhecimento direto por parte do indivíduo de que é ele o principal protagonista desse processo complexo que envolve tanto entidades humanas como não-humanas” (SILVA; NUNES, 2014, p. 253).

A informação revela-se, portanto, como o resultado da interpretação que o indivíduo faz da sua realidade. A construção do conhecimento se dá em um plano individual, grupal e social de forma dialética entre a objetividade da realidade e a significação subjetiva que lhe é atribuída pelos sujeitos (BERGER; LUCKMANN, 2014).

Desse modo, concordamos com Almeida Júnior (2007) quando afirma que a informação não existe a priori, mas apenas se concretiza no momento da mediação. O que existe antecipadamente é o documento ou o suporte, mas a apropriação da informação se dá quando o sujeito mediante leitura em sentido amplo (decodificação e decifração da mensagem até compreensão inferente) constrói a informação. A informação aqui é considerada uma fonte “abaladora” de geração de conflitos que, ao invés de diminuir as certezas, suscita novas perguntas, e assim proporciona a construção de novos conhecimentos (ALMEIDA JÚNIOR, 2009).

Por mediação da informação, compreende-se o processo que vai desde a comunicação via suporte até a transformação do conhecimento do sujeito. O que não se refere apenas ao sujeito estritamente em sua estrutura individual, mas tendo como dependente e co-construtor também o coletivo (aspectos históricos, sociais, interação com outros sujeitos) (ALMEIDA JÚNIOR, 2009; 2007).

A apropriação informacional, por sua vez, não se refere apenas a uma ação de consumo ou recepção da informação, mas remete à ideia de alteração, mudança e produção de conhecimento (ALMEIDA JÚNIOR, 2007). Nos ambientes informacionais, continua o autor:

A mediação está presente, de maneira não explicitada, na seleção, na escolha dos materiais que farão parte do acervo da biblioteca, em todo o trabalho de processamento técnico, nas atividades de desenvolvimento de coleções e, também, no serviço de referência e informação. Presente em todas essas ações, a mediação faz parte do próprio objeto da área de informação. Especificamente, em relação à área de Ciência da Informação, o seu objeto passaria a ser mais a mediação do que a informação (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2008, p. 6-7).

É, portanto, a partir deste contexto que considera que a concretização da informação se dá por meio de um processo mediacional mediante leitura e este, por sua vez, resulta no

processo de apropriação informação que se constrói de forma individual e coletiva que passamos a compreender o conceito de prática informacional.

4 PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Diante de um novo cenário de desenvolvimento teórico e empírico dos estudos de usuários com mudanças em suas teorias e métodos, novos conceitos para o campo surgiram, enfatizando o caráter abrangente, plural e contextual de tais investigações. Uma dessas tendências está ligada ao conceito de práticas informacionais.

Esclarecemos inicialmente que o conceito de práticas informacionais vem sendo utilizado como uma nova vertente de pesquisas no campo dos estudos de usuários. Todavia, a perspectiva aqui lançada não se limitará apenas aos estudos dos sujeitos que usam e interagem com os serviços das bibliotecas, mas também os diversos sujeitos que utilizam a informação.

O conceito de práticas informacionais surge em busca de uma potencialização de estudos mais voltados para o contexto interacional e social dos usuários, assim como para estudar de maneira mais livre os usuários que não apenas estejam vinculados a uma unidade de informação. Em outras palavras, propõe estudos voltados também para outros ambientes que, embora não tenham o fim maior de disseminar informação, são locais onde a circulação da informação é presente, tais como “salões de cabeleireiro, espaço de jogos onde pais interagem com seus filhos, clubes e clínicas de saúde”, entre outros (PETTIGREW; FIDEL; BRUCE, 2001, p. 58, tradução nossa).

Ademais, o conceito se preocupa em analisar o contexto em que os usuários estão envoltos e procura diferenciar-se do conceito de comportamento informacional em busca de uma visão mais holística de compreensão os usuários.

Nesse sentido, no final da década de 1990 para a década de 2000, as pesquisas sobre estudos de usuários começaram a dar mais atenção às variáveis históricas, sociais e culturais que envolvem o processo informacional, a fim de transcender a estrutura cognitiva. Percebeu-se que o contexto e a situação influenciam diretamente nas práticas de informação dos usuários (COURTRIGHT, 2007).

Os pesquisadores dessa vertente têm procurado estudar o tema de maneira mais abrangente do que os projetos tradicionais de pesquisa. Acreditam que o contexto deve ser entendido de forma mais ampla e defendem “estudos qualitativos mais ricos e detalhados de

situações e contextos específicos, a fim de compreender as várias formas sutis, em que as pessoas recebem e modelam a informação” (BATES, 2010, *on-line*, tradução nossa).

Savolainen (2007) reconhece que esse termo “tem permanecido um tanto ambíguo, e os pesquisadores têm encontrado dificuldades na tentativa de traçar fronteiras claras com os conceitos relacionados” (SAVOLAINEN, 2007, p. 125). Não obstante a divergência entre os conceitos, é possível adotar aquela perspectiva que mais se adequa à pesquisa que se quer desenvolver.

Conforme Savolainen (2007), o comportamento informacional e as práticas informacionais são, de maneira geral, formas pelas quais as pessoas lidam com informações. Entretanto, não são termos sinônimos, mas carregados de sentidos distintos, originados por concepções teóricas e discursos diferentes.

Os argumentos de Savolainen (2007) afirmam que o conceito de práticas informacionais é mais orientado social e contextualmente do que o conceito de comportamento informacional. A ideia de prática informacional desloca a ênfase das habilidades e motivações dos indivíduos isoladamente para a busca e o uso da informação construída dialogicamente em meio às interações sociais. O conceito de prática informacional, de acordo com a concepção de Savolainen (2007), liga-se aos fatores contextuais de busca e compartilhamento de informações, colocando os fatores sociais e culturais no plano central de análise.

Savolainen, em seu livro *Everyday Information Practices: a Social phenomenological perspective* se utiliza da fenomenologia de Schutz e da teoria da prática de Schatzki para definir o conceito de práticas informacionais que procura reconhecer a natureza social da busca da informação para a resolução de um problema, ao invés de focar apenas nas atividades de informação reguladas por necessidades informacionais individuais (COX, 2012).

As práticas informacionais podem ser entendidas, portanto, como "conjunto de maneiras social e culturalmente estabelecidas para identificar, buscar, usar e compartilhar as informações disponíveis em várias fontes, tais como televisão, jornais e Internet" (SAVOLAINEN, 2008, citado por DAVENPORT, 2009, p. 2590). Savolainen expande a pesquisa de informação ampliando o foco para além da busca, abrangendo o uso e compartilhamento de informações e transcendendo para ambientes fora do local de trabalho, fora das organizações, na preocupação com a busca e o uso da informação na vida cotidiana de modo contextual.

Percebe-se aqui uma relação entre as práticas informacionais e o contexto, assim como postulada por Coutright (2007) em relação ao contexto integrativo/relacional, que reconhece nos fatores institucionais, tecnológicos, culturais e situacionais elementos motivacionais e limitantes do processo de busca, uso e compartilhamento da informação.

A abordagem sobre as práticas informacionais é importante, destarte, por considerar o sujeito um ator social que, além de ser um ser ativo na busca e compartilhamento de suas ações, realiza suas ações em meio a uma coletividade e atribui significado a elas. Ao protagonizar essas ações, os sujeitos demonstram competências informacionais no ato da busca, uso, apropriação, produção e compartilhamento dessas informações, incluindo-se neste a capacidade de fazer relações, discernir, inferir e usar a informação de forma adequada, além de entender como informação não apenas aquela ligada ao conhecimento científico, mas também ao saber do povo, ao senso comum e ao mundo empírico (ALMEIDA JÚNIOR, 2016).

Tais sujeitos leitores mantêm uma relação de interatividade com a informação e leitura seja no ato da busca, apropriação ou disseminação. Terminologicamente, “interação” (*interação*: ação entre) quer dizer ato de reciprocidade entre dois ou mais corpos; atividade compartilhada; ação recíproca entre homem-equipamento; conjunto de atividades entre membros de uma comunidade ou, na Física, “processo em que o estado de uma partícula é alterado devido à ação de outra partícula ou de um campo” (INTERAÇÃO, 2016, *on-line*). Parte-se, portanto, de uma noção de mutualidade na qual não só há troca, mas também alteração entre uma das partes, o que se liga em uma relação direta com os conceitos de mediação e apropriação da informação. Conforme conceito:

A mediação da informação permite e exige concepção de informação que desloque o usuário da categoria de mero receptor, colocando-o como ator central do processo de apropriação. Dessa forma, defendemos que o usuário é quem determina a existência ou não da informação. A informação existe apenas no intervalo entre o contato da pessoa com o suporte e a apropriação da informação. Como premissa, entendemos a informação a partir da modificação, da mudança, da reorganização, da reestruturação, enfim, da transformação do conhecimento. Assim entendida, ela, informação, não existe antecipadamente, mas apenas na relação da pessoa com o conteúdo presente nos suportes informacionais. Estes são concretos, mas não podem prescindir dos referenciais, do acervo de experiências e do conhecimento de cada pessoa. Em última instância, quem determina a existência da informação é o usuário, aquele que faz uso dos conteúdos dos suportes informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 97).

Identifica-se, diante do exposto, que o conceito de práticas de informação também compreende as ações de mediação da informação e apropriação da informação, as quais pressupõem um movimento de partilha por meio da leitura que promove a interação e a negociação entre sujeitos, de forma que eles se apropriem de informação e produzam conhecimento (GUARALDO, 2012).

Nesse sentido, para além do uso da informação, a concepção de negociação e compartilhamento da informação torna o processo de mediação uma ação conjunta de diálogo, interação e discussão que promove e estimula as práticas informacionais dos sujeitos. A interação pressupõe participação efetiva dos sujeitos e ação transformadora, oportunizada pelo diálogo.

5 CONCLUSÃO

Assim, como forma de reflexão sobre esses conceitos compreendemos que as práticas informacionais e leitoras são conceitos tratados de forma ampla. Eles implicam as ações de busca, produção, apropriação e compartilhamento de informações, as quais são adquiridas mediante o uso da leitura por um processo mediado por diversos interferentes contextuais, humanos, culturais e tecnológicos. Os conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores e vivências adquiridos e transformados durante esses processos também compreendem as práticas informacionais e leitoras.

Compreendemos diante da discussão proposta que a apropriação da informação é um processo que envolve instâncias coletivas que de forma mediada provocam decisões/sensações individuais acerca dos modos de ler e se informar. Tanto na explanação sobre práticas leitoras como na exposição referente às práticas informacionais, o conceito de contexto é posto em evidência visto que as ações individuais dos sujeitos estão estritamente envencilhadas com suas ações históricas, sociais e grupais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997.

[ALMEIDA JÚNIOR, O. F.](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=966) **Competência em Informação: algumas considerações críticas.** 2016. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=966>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, J.P. (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2007. p. 33-45.

_____. Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, p. 89-103, 2009.

_____. **Todos lemos, mas não lemos 1.** 2012. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=686>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____.; BORTOLIN, S. Mediação da informação e da leitura. In: SILVA, T. E. (Org.). Interdisciplinaridade e transversalidade em Ciência da Informação. **Nectar**, Recife, v. 1, p. 67-86, 2008.

ALMEIDA, M. A. A informação, seus personagens e histórias. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 116-119, mar./ago. 2015. Resenha de: GLEICK, James. *A informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ARAÚJO, C. A. A. Teoria matemática da comunicação e a questão da interdisciplinaridade. **Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v.16, n. 2, p. 545-570, set./dez. 2011.

BARRETO, A. A. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002.

BATES, M. J. Information Behavior. In: BATES, Marcia J.; MAACK, Mary Niles (Orgs.). **Encyclopedia of Library and Information Sciences**, 3. ed., New York, NY: CRC Press, v. 3, p. 2347-2360, 2010. Disponível em: <<https://pages.gseis.ucla.edu/faculty/bates/articles/information-behavior.html>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

CANDIDO, A. Direito à Literatura. In: LIMA, A. de et al. **O Direito à Literatura.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 17-40.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, MG: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. 1 CD-ROM.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CASTRILLÓN, S. **O direito de ler e de escrever**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

CHARTIER, R. Do livro à leitura. In: **Práticas da leitura** [sob a direção de Roger Chartier]. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 77-105.

COSSON, R. **Círculos e leitura e letramento literário**. São Paulo: Contexto, 2014

COSSON, R. Letramento Literário. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva et al. (Org.). **Glossário Ceale: termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para educadores**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. Disponível em: <<http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/letramento-literario>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

COURTRIGHT, C. Context in Information Behavior Research. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 41, p. 273-306, 2007.

COX, A. M. An exploration of the practice approach and its place in information science. **Journal of Information Science**, v. 38, n. 2, p. 176-188, 2012.

CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015.

DAVENPORT, E. Review of everyday information practices: A social phenomenological perspective. **Journal of the American society for information science and technology**, v. 60, n. 12, p. 2590–2591, 2009.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOULEMOT, J. M. Da leitura como produção de sentidos. In: **Práticas da leitura** [sob a direção de Roger Chartier]. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 107-116.

GUARALDO, T. S. B. **Práticas de informação e leitura: a mediação leitor e jornal na leitura diária**. 2012. 240f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2012.

INTERAÇÃO. In: **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 2016. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=BVqoW>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

MACHADO, A. M. Alguns equívocos sobre leitura. In: INSTITUTO C&A (São Paulo) (Org.). **Nos caminhos da literatura**. São Paulo: Peirópolis, 2008. p. 48-67.

MARTINS, M. H. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

NEITZEL, A. A.; BRIDON, J.; WEISS, C. S. Mediações em leitura: encontros na sala de aula. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 97, n. 246, p. 305-322, mai./ago. 2016.

PAULINO, G. Leitura literária. In: FRADE, I. C. A. S. et al. (Org.). **Glossário Ceale: termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para educadores**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/leitura-literaria>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

PETIT, M. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. São Paulo: Editora 34, 2008.

PETTIGREW, K. E.; FIDEL, R.; BRUCE, H. Conceptual frameworks in information behavior. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 35, p. 43-78, 2001.

RITER, C. **A formação do leitor literário em casa e na escola**. São Paulo: Biruta, 2009.

SAVOLAINEN, R. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **Library Quarterly**, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007

SILVA, A.; NUNES, J. Práticas informacionais como paradigma: por uma teoria social da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15, 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ECI, UFMG. 1 CD-ROM.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. Os fenômenos de interesse para a ciência da informação. Texto publicado originalmente em inglês no Periódico **Information Scientist**, v.9, n.4, p.127-140, dec., 1975. Disponível em:
<<http://www.alvarestech.com/lillian/GestaoDaInformacao/Rogério/WersigNeveling.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2016.